

Brasil*dívida Pública*

Contas públicas Valores a serem incorporados não se resumem aos deixados pelos subsídios aos mutuários do SFH

Novos “esqueletos” somam R\$ 3 bi à dívida

Pública

Mônica Izaguirre
De Brasília

Os “esqueletos” a serem incorporados à dívida líquida do setor público brasileiro nos próximos anos não se resumem ao passivo deixado pelo subsídio aos antigos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Além do famoso rombo do FCVS (mecanismo usado para dar o subsídio), existem mais R\$ 3 bilhões em dívidas de outra origem que vão entrar ou estão em processo de reconhecimento, disse ao **Valor** o secretário adjunto do Tesouro Nacional, Eduardo Guardian.

Já descontado o que foi assumido pelo Tesouro até então, o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) fechou 2001 com um

passivo a descoberto próximo de R\$ 60 bilhões. Portanto, os “esqueletos” que ainda vão se incorporar ao estoque da dívida líquida chegam no total a R\$ 63 bilhões em valores atuais.

Desde que o governo federal decidiu dar maior transparência às contas públicas e assumir passivos ocultos, foi grande o volume de dívidas que saíram de baixo do tapete. O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, informa que, do início de 1996 ao final de 2001, o reconhecimento de “esqueletos” gerou um impacto de R\$ 90,4 bilhões na dívida líquida do setor público, respondendo por cerca de 20% de todo o aumento nominal verificado nestes seis anos. As privatizações neutralizaram R\$ 60 bilhões desse

total. Neste período, a dívida pulou de R\$ 208,46 bilhões para R\$ 660,47 bilhões. Só a assunção de dívidas do FCVS respondeu por R\$ 21,17 bilhões. O saneamento de bancos estaduais provocou impacto de R\$ 20,19 bilhões e a capitalização de bancos federais, outros R\$ 21,94 bilhões. O resto corresponde a securitização de dívidas (R\$ 18,73 bilhões) de empresas extintas e também do setor agrícola, de passivos do Iapás (R\$ 4,64 bilhões), antigo instituto de Previdência Social, e ao provisionamento de ativos podres herdados pelo Banco Central em função da liquidação de bancos privados (R\$ 3,71 bilhões). As cifras consideram apenas os valores históricos (na medida em que passivos até então não-transparentes foram se incorpo-

rando ao saldo da dívida, eles também geraram juros).

Falando do futuro, Eduardo Guardian calcula que o processo de reconhecimento de dívidas de outra origem que não as do FCVS deve levar aproximadamente dois anos para ser concluído. “É razoável conseguirmos equacionar estas dívidas este ano e no ano que vem”, disse ele.

Segundo o secretário adjunto, há basicamente três tipos de passivos considerados na estimativa de R\$ 3 bilhões. O primeiro deles, calculado em R\$ 1,5 bilhão, refere-se a dívidas remanescentes de órgãos e empresas da administração pública federal que foram extintos nas últimas duas décadas. Guardian cita como exemplo o Banco Nacional de Habitação, o Instituto do

Açúcar e do Alcool, a Rede Ferroviária Federal, a Portobrás, a Nuclebrás e a companhia de navegação Loyds.

Ele explica que o processo de reconhecimento de dívidas é demorado porque exige análise caso a caso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Secretaria Federal de Controle (SFC). “Só podemos securitizar uma dívida depois de nos certificarmos que ela é líquida e certa”, afirma o secretário, referindo-se à entrega de títulos do Tesouro Nacional aos credores.

Outro tipo de passivo ainda em fase de reconhecimento pelo Tesouro são as dívidas de antigos territórios federais (Roraima e Amapá) que viraram Estados. Guardian calcula que faltam ser reconhecidos, neste

caso, aproximadamente R\$ 500 milhões, o que também exige a certificação prévia pela PGFN e pela SFC.

O mesmo processo de certificação é exigido para dívidas oriundas de antigas desapropriações (para construção de estradas, por exemplo). Nesta categoria, Eduardo Guardian calcula que existam ainda cerca de R\$ 1 bilhão a serem reconhecidos.

O reconhecimento das dívidas do FCVS, que passa também pela Caixa Econômica Federal, é mais demorado. A intenção do Tesouro Nacional é terminar o processo em seis anos, o que vai exigir no mínimo R\$ 10 bilhões por ano (fora juros daqui em diante). Guardian acredita que, seja quem for o próximo presidente da República, o processo de reconhecimento de “esqueletos” não será interrompido.